# SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020

**RESUMO EXECUTIVO da 19ª Reunião, 23 de fevereiro de 2022**

**Conselheiros(as) presentes:** Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Bárbara Vicente (ODH), Inspetor Jonas (GCM-SP), Cleiton Ferreira (É de Lei), Robson Mendonça (MEPSR), Roseli Kraemer (RPR), Alderon Costa (Rede Rua). **Demais presentes:** Luiza Trotta (SMDHC), Giovanna Carlos (SMDHC), Bruna Iglesias (SMDHC), Nilson Hernandes, Humberto Gomes (SMSUB/ZU), Wilherson Luiz (DPE), Kelseny Medeiros (Gabinete Vereadora Erika Hilton), Sheila Marcolino, Élcio Januário, Marisa Vieira, Júlia Lima (Gabinete Vereador Eduardo Suplicy), DIEJA - Divisão de Educação, Renatinho Sena, Pri Ramos, Glausielle e Almir.

# Sumário executivo:

O sr. **Cleiton Ferreira** pediu ação de limpeza urbana na região do Teatro de Contêiner, nas ruas do Protestantes e Gusmões. O espaço é ponto de entrega de marmitas do projeto Rede Cozinha Cidadã e o lixo tem se acumulado. Para tanto, a sra. **Maria Luiza Burgareli** ficou responsável por pedir uma lixeira grande no espaço. Segundo o sr. Cleiton, é necessário fazer a poda das árvores porque, segundo ele, o ambiente está ficando escuro e as pessoas em situação de rua estão sendo acusadas de furtos.

A sra. **Júlia Lima** pediu para que as atas sejam publicadas e atualizadas no site e no drive.

As pautas da reunião foram: denúncias de direitos humanos, formações para a GCM e formações para subprefeituras. Os informes dados pela sra. **Maria Luiza** foram sobre: o ciclo de formação em direitos humanos para a Guarda Civil Metropolitana de São Paulo; a inclusão da Ouvidoria de Direitos Humanos no conselho do subcomitê, tendo a sra. Bárbara como oficial nomeada; As ações de zeladoria urbana que vão ocorrer na Praça Princesa Isabel até o mês de Abril, começando pela parte norte da praça, com menos concentração de população em situação de rua, e posteriormente avançando para as outras partes, realizando a revitalização do espaço e contando com o apoio das equipes de abordagem da assistência social; a presença do equipamento móvel da coordenação, Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População de Rua (CPD), durante as sextas e sábados na Praça Princesa Isabel para articulação com as equipes de abordagem e

para o encaminhamento de denúncias e serviços para a população em situação de rua (sem vinculação com as ações de zeladoria e mantendo atendimento na praça Marechal Deodoro durante a semana); atualizações sobre o portal 156, administrado pela SMIT, que até o meio do mês de março estará implementado um ponto específico de denúncias de violações de direitos humanos em ações de zeladoria urbana; a mobilização da coordenação para uma proposta de grupo de trabalho intersecretarial a nível de gabinete para discussões sobre zeladoria urbana, um projeto piloto que conta com a presença da Subprefeitura da Sé e outras unidades em reuniões que serão quinzenais ou mensais, até o momento da reunião ainda não havia uma data para esta reunião.

A sra. **Júlia Lima** comentou que foi boa a participação de um nome da Sub Sé no subcomitê, assim, isto deveria voltar para este espaço de escuta da sociedade civil, não se limitando ao GTI. Anteriormente, ainda na fala dos informes, a sra. **Maria Luiza Burgareli** ressaltou que está mais difícil entrar em contato e articular com os atuais responsáveis de zeladoria urbana na Subprefeitura. Ainda sobre a mesma subprefeitura, a assessora informou que a Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua vai enviar um ofício reiterando as 6 denúncias do distrito apenas no ano de 2022.

Nos comentários sobre os informes, o sr. **Robson Mendonça** pontuou que a questão do recolhimento de barracas em ações de zeladoria torna-se um problema uma vez que o IBGE, no censo nacional, começará a contar barracas. Também colocou que vai abrir um processo contra a GCM por conta das diversas denúncias que estão acontecendo. Em relação a isso, a sra. **Bárbara Vicente**, representando a Ouvidoria de Direitos Humanos, ressalta que é importante fazer uma denúncia completa, ou seja, com o máximo de mídias possíveis, citando como exemplo um caso recente no qual o vídeo era autoexplicativo, facilitando a produção de provas. No mesmo caminho, o sr. **Wilherson Luiz** citou que a defensoria atua em ações com acusação de improbidade administrativa, como a não entrega do contra-lacre, que está previsto em decreto, e defendeu o estreitamento de laços com a ouvidoria de direitos humanos.

A fala do sr. **Alderon Costa** informou que a OAB está acompanhando de perto as denúncias e demonstrou preocupação com a situação da Praça Princesa Isabel, colocando que a violência também está presente quando não há uma proposta que dê alternativa para as pessoas que estão naquele espaço. Desta

forma, ele pediu para que o subcomitê exija um encaminhamento para as pessoas que estão ali naquela praça. Além disso, criticou a presença da Subprefeitura da Sé apenas no GTI pontuando que ou “a SubSé participa deste comitê ou o comitê participa do GTI porque não faz sentido a prefeitura dialogar com a própria prefeitura”. O sr. Alderon também sugeriu trazer os debates sobre o Programa Reencontro para o espaço do subcomitê de zeladoria urbana e reclamou que o 156 não tem transparência.

O sr. **Nilson Hernandes** pediu para que a prefeitura revelasse quantos servidores foram punidos pelas denúncias de zeladoria urbana e sugeriu a construção de um novo decreto, feito a partir do comitê. O sr. **Alderon** o respondeu citando um PL que visa a regularização por lei das ações (LEI Nº 17.252 de 26/12/2019).

Em seguida, a sra. **Maria Luiza Burgareli** apresentou as denúncias que estão sendo monitoradas em uma planilha disponibilizada no drive do Comitê PoPRua. Nesta planilha tem-se os principais dados: número no Sistema Eletrônico de Informações, a data, o horário, local, denunciante, resumo da denúncia e encaminhamentos. Todas as denúncias do ano de 2022 estão concentradas no espaço da Subprefeitura da Sé.

Na pauta sobre denúncias os principais comentários foram: o sr. **Renatinho Sena** relatou que os agentes de zeladoria e/ou os guardas municipais pegam os celulares e apagam imagens e vídeos que denunciam as violações de direitos. A sra. **Glausielle** e o sr. **Almir** são pessoas em situação de rua que foram denunciar algumas violações durante a reunião, através do Gabinete da vereadora Erika Hilton. Eles relataram cenas de descaso, desrespeito, ofensas e humilhações por parte das equipes de zeladoria urbana da Subprefeitura da Sé. Os relatos também tinham cenas que violam o decreto que normatiza as ações de zeladoria. O atendimento de ambos foi encaminhado e será oficializado em denúncia pela ouvidoria.

A próxima pauta foi sobre a formação da GCM, que acontecerá em dois momentos distintos: o primeiro sobre um curso completo sobre direitos humanos e o segundo sobre temas tangentes com diferentes coordenações da SMDHC: mulheres, igualdade racial, LGBTQIA+, população em situação de rua. A coordenação entrará no segundo módulo, com 4 horas em 2 dias diferentes. O primeiro dia será uma apresentação sobre o perfil da população em situação de rua,

fala de uma pessoa com histórico de rua e dinâmica de sensibilização. O segundo dia será sobre a rede de atendimento para a população em situação de rua, zeladoria urbana e legislação, e estudo de caso sobre zeladoria urbana. O sr. **Alderon Costa** pediu a participação da defensoria pública. O sr. **Cleiton Ferreira** ressaltou a importância da participação de outros conselheiros e da sociedade civil. A sra. **Roseli Kraemer** destacou a importância da presença de mulheres nas formações. Além da GCM, ocorrerá formações com as subprefeituras de maior concentração de pessoas em situação de calçada e com a Academia de Polícia, da polícia civil.

A terceira pauta falou sobre formações com as subprefeituras com maior concentração de pessoas em situação de rua, são elas: Sé, Mooca, Vila Maria/Vila Guilherme, Santana, Santo Amaro e Lapa. Nem todas as subprefeituras responderam, além da dificuldade de contato e articulação de uma data. A proposta é iniciar por Santo Amaro este ano, porque Sé e Mooca passaram por formações no ano passado. Ademais, observou-se, a partir do relatório do censo, um aumento da população em situação de rua em regiões periféricas: Campo Limpo, Ipiranga, M’boi Mirim, Vila Maria e Perus. Desta forma, é necessário entrar em contato com estas subprefeituras para entender se elas realizam ações de zeladoria com poprua ou não, para tanto, será reenviado um ofício questionando. Sobre a mesma pauta, a sra. **Júlia Lima** frisou que a análise deve ser feita a partir da população em situação de calçada. A coordenação acatou, e, consequentemente, acrescentou Lapa no radar de prioridades, juntamente com a Sé, que é líder no número de denúncias.

A fala da sra. **Júlia Lima** ressaltou a falta da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Saúde novamente. Reforçou a necessidade da apresentação do relatório de SMADS no espaço do subcomitê (no qual a sra. **Maria Luiza** está contactando a representante Aline, que deve apresentar nas próximas reuniões). Júlia também ressalta que é necessário tratar do PL26/2017 na reunião com a SMSUB, utilizando o texto substitutivo que foi enviado.

Reunião com a SMSUB deverá tratar também do PL26/2017, em cima da proposta de texto substitutivo.

# Encaminhamentos:

1. Articulação para não retirar barracas no período de contagem do IBGE. Nesta mesma reunião a SMSUB, tratar sobre o PL 26/2017 (com texto substitutivo);
2. Reencaminhar denúncia 2 de 2020 para a Subprefeitura da Sé. O caso trata-se de uma ação de zeladoria em um dia chuvoso;
3. Enviar ofício para Subprefeitura da Sé alertando sobre 8 denúncias feitas (mesmo as que não têm processo SEI formalizado) em menos de um ano, e exigindo resposta;
4. Participação de conselheiros nas formações com a GCM;
5. Envio de ofício para subprefeituras para mapear quais fazem operação de zeladoria urbana com população em situação de rua;
6. Apresentação do relatório mensal da SMADS.